



**CLIPPING INTERNET**  
**07/01/2020 ATÉ 07/01/2020**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	1
	1.2 RÁDIO NOTÍCIA MARANHÃO.....	2
	1.3 SITE G1 MARANHÃO.....	3
	1.4 SITE NOCA.....	4
	1.5 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	5
2	INSTITUCIONAL	
	2.1 BLOG DO MINARD.....	6
	2.2 BLOG LUÍS CARDOSO.....	7
	2.3 SITE O MARANHENSE.....	8

## **TJMA discute implementação do juiz de garantias no Estado do Maranhão**

A Comissão constituída para analisar a criação do Juiz de Garantias, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, se reuniu nesta terça-feira (7), no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, para definir as medidas a serem adotadas para o cumprimento da lei sancionada no pacote anticrime, no dia 24 de dezembro de 2019. O juiz de garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda das inviolabilidades pessoais.

Criada pelo desembargador Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA), a comissão é formada pelo desembargador Lourival Serejo (vice-presidente da Corte e presidente eleito para o biênio 2020/2022), pelos magistrados Cristiano Simas e André Bogéa (juizes auxiliares da Presidência), Ângelo Santos (Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão), Hóldice Cantanhede Barros (2º vice-presidente da AMMA) e Marco Adriano.

Durante a reunião, os membros da Comissão demonstraram preocupação relacionada à logística complexa para a implementação do juiz de garantias, que envolve não somente viabilidade técnica, como também recursos financeiros, um fator preocupante, já que o orçamento aprovado para o exercício 2020 não prevê os custos com a figura do juiz de garantias.

### **Sugestões**

Nesta terça-feira (7), o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos, apresentou um requerimento ao presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, com sugestões dos magistrados para a implementação do juiz de garantias.

O pedido expõe a necessidade de especialização de unidades jurisdicionais para atuarem como Centrais de Inquéritos, Custódias e Garantias, com cargos de juiz titular e estrutura própria.

O documento sugere a criação de polos regionais no interior do Estado do Maranhão e a titularização de juizes na Central de Inquéritos e Custódia de São Luís.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, citou os principais impasses identificados pelos magistrados para a atuação do juiz de garantias.

“As dificuldades estão relacionadas ao prazo exíguo de 30 dias, a questão orçamentária, a (im)possibilidade de audiências pelo juiz de garantias por videoconferência, homologação e implantação do Processo Judicial Eletrônico criminal do âmbito do TJMA”, afirmou.

### **Determinação**

O juiz Cristiano Simas, coordenador da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA, destacou o fato de ter sido criada uma nova figura jurisdicional não prevista no orçamento, com prazo muito curto para implementação.

Ele afirmou que há discussões no âmbito do Supremo Tribunal Federal quanto à constitucionalidade ou não dessa lei. “Independentemente da manifestação do STF, o TJMA, por determinação do presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, já está trabalhando no sentido de implementar o mais rápido possível”, frisou.

## **Personal trainers protestam contra volta de taxa em academias de SLZ**

Um grupo de personal trainers de São Luís realizou hoje (7), em frente à Selfit da Cohama, um protesto contra a volta da cobrança de taxa mensal dos profissionais de Educação Física para terem acesso a academias no Maranhão.

Além da Selfit, a SmartFit e a Bodutech conseguiram uma liminar na Justiça estadual, suspendendo os efeitos da lei que proibia a cobrança até o julgamento do mérito de uma ação contra o dispositivo legal.

“Essas taxas são abusivas, tornam o trabalho do personal trainer um trabalho escravo”, declarou a professora Luciana Motta, que estava acompanhada de vários colegas.

O deputado estadual Roberto Costa (MDB) também compareceu ao ato e se solidarizou com a categoria.

A chamada “Lei do Personal Trainer” foi aprovada no ano passado pela Assembleia Legislativa do Maranhão, mas posteriormente vetada pelo governador Flávio Dino (PCdoB).

O veto, contudo, foi derrubado pelos deputados estaduais, em agosto de 2018 (reveja). Desde então, os profissionais estavam livres da cobrança, e acessavam as academias gratuitamente.

Com a liminar, agora precisarão voltar a pagar para trabalhar.

## **TJMA discute implementação do juiz das garantias no Estado do Maranhão**

A Comissão constituída para analisar a criação do Juiz das Garantias, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, se reuniu nesta terça-feira (7), no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, para definir as medidas a serem adotadas para o cumprimento da lei sancionada no pacote anticrime, no dia 24 de dezembro de 2019. O juiz das garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda das inviolabilidades pessoais.

Criada pelo desembargador Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA), a comissão é formada pelo desembargador Lourival Serejo (vice-presidente da Corte e presidente eleito para o biênio 2020/2022), pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, pelos magistrados Cristiano Simas e André Bogéa (juízes auxiliares da Presidência), Ângelo Santos (Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão), Hólide Cantanhede Barros (2º vice-presidente da AMMA) e Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da 1ª Vara de Pedreiras.

Durante a reunião, os membros da Comissão demonstraram preocupação relacionada à logística complexa para a implementação do juiz das garantias, que envolve não somente viabilidade técnica, como também recursos financeiros, um fator preocupante, já que o orçamento aprovado para o exercício 2020 não prevê os custos com a figura do juiz das garantias.

### **SUGESTÕES**

Nesta terça-feira (7), o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos, apresentou um requerimento ao presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, com sugestões dos magistrados para a implementação do juiz das garantias.

O pedido expõe a necessidade de especialização de unidades jurisdicionais para atuarem como Centrais de Inquéritos, Custódias e Garantias, com cargos de juiz titular e estrutura própria.

O documento sugere a criação de polos regionais no interior do Estado do Maranhão e a titularização de juízes na Central de Inquéritos e Custódia de São Luís.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, citou os principais impasses identificados pelos magistrados para a atuação do juiz das garantias.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, encaminhou sugestão ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que seja estabelecido o prazo de no mínimo seis meses para implementação do Juiz das Garantias no Estado do Maranhão, tendo em vista, que a medida implicará na alteração no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, bem como, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

### **DETERMINAÇÃO**

O juiz Cristiano Simas, coordenador da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA, destacou o

fato de ter sido criada uma nova figura jurisdicional não prevista no orçamento, com prazo muito curto para implementação.

Ele afirmou que há discussões no âmbito do Supremo Tribunal Federal quanto à constitucionalidade ou não dessa lei. “Independentemente da manifestação do STF, o TJMA, por determinação do presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, já está trabalhando no sentido de implementar o mais rápido possível”, frisou.

## **Quase mil armas destruídas no estado**

Quase 1.000 armas de fogo foram destruídas no Maranhão em 2019, de acordo com um levantamento do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) e do Tribunal de Justiça do Maranhão. A incineração foi feita em uma siderúrgica na Região Tocantina.

Segundo o Seção de Fiscalização de Produtos Controlados do 24º BIS, a operação durou o ano inteiro e contabilizaram 970 armas de fogo e 395 armas brancas incineradas. A missão foi realizada em cumprimento à norma prevista no Art. 25 da Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), que confere essa atribuição ao Exército Brasileiro.

A missão cumprida pelo "Batalhão Barão de Caxias" está de acordo com os objetivos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e se alinha às determinações previstas acordo de cooperação técnica firmado pelo órgão de controle do Poder Judiciário com o Exército Brasileiro desde 21 de novembro de 2017.



## **Quase 1.000 armas de fogo foram destruídas no Maranhão em 2019**

Levantamento também aponta destruição de 395 armas brancas no estado.

Quase 1.000 armas de fogo foram destruídas no Maranhão em 2019, de acordo com um levantamento do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) e do Tribunal de Justiça do Maranhão. A incineração foi feita em uma siderúrgica na Região Tocantina.

Segundo o Seção de Fiscalização de Produtos Controlados do 24º BIS, a operação durou o ano inteiro e contabilizaram 970 armas de fogo e 395 armas brancas incineradas. A missão foi realizada em cumprimento à norma prevista no Art. 25 da Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), que confere essa atribuição ao Exército Brasileiro.

A missão cumprida pelo "Batalhão Barão de Caxias" está de acordo com os objetivos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e se alinha às determinações previstas acordo de cooperação técnica firmado pelo órgão de controle do Poder Judiciário com o Exército Brasileiro desde 21 de novembro de 2017.

## **Quase 1.000 armas de fogo foram destruídas no Maranhão em 2019**

Levantamento também aponta destruição de 395 armas brancas no estado.

Quase 1.000 armas de fogo foram destruídas no Maranhão em 2019, de acordo com um levantamento do 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS) e do Tribunal de Justiça do Maranhão. A incineração foi feita em uma siderúrgica na Região Tocantina.

Segundo o Seção de Fiscalização de Produtos Controlados do 24º BIS, a operação durou o ano inteiro e contabilizaram 970 armas de fogo e 395 armas brancas incineradas. A missão foi realizada em cumprimento à norma prevista no Art. 25 da Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), que confere essa atribuição ao Exército Brasileiro.

A missão cumprida pelo "Batalhão Barão de Caxias" está de acordo com os objetivos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e se alinha às determinações previstas acordo de cooperação técnica firmado pelo órgão de controle do Poder Judiciário com o Exército Brasileiro desde 21 de novembro de 2017.

## **Personais trainers pagam para trabalhar em academias após liminar que obriga taxa**

Com a liminar, um grupo de pessoais protestaram nesta segunda-feira, 7, contra a volta da cobrança.

Academias entraram com liminar na Justiça Estadual para suspender Lei do Personal que libera o acesso gratuito dos profissionais de Educação Física para instruírem alunos em academia de São Luís.

O Projeto de Lei para isentar o personal trainer dessas taxas havia sido aprovada pela Assembleia Legislativa do Maranhão em maio do ano passado pelo deputado estadual Felipe dos Pneus (PRTB) e em agosto vetada pelo governador Fávio Dino (PCdoB).

O veto então foi derrubado por deputados estaduais e até então os profissionais estavam livres para orientações de seus alunos sem a cobrança de qualquer valor.

Com a liminar, um grupo de pessoais protestaram nesta segunda-feira, 7, contra a volta da cobrança. De acordo com a educadora física e coordenadora do movimento "Luta Personal Trainer", Camila Motta, é uma forma de extorsão, os valores cobrados são abusivos e os pessoais se sentem pressionados.

Com isso, agora a categoria luta para reverter e derrubar a liminar. "A gente conseguiu alguns aliados. A Assembleia Legislativa e a procuradoria do Estado vão entrar para derrubar a liminar. Vamos ver se pelo ao menos o poder judiciário consegue ouvir a outra parte", disse Camila Motta.

## **TJMA discute implementação do juiz das garantias no Estado do Maranhão**

A Comissão constituída para analisar a criação do Juiz das Garantias, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, se reuniu nesta terça-feira (7), no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, para definir as medidas a serem adotadas para o cumprimento da lei sancionada no pacote anticrime, no dia 24 de dezembro de 2019. O juiz das garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda das inviolabilidades pessoais.

Criada pelo desembargador Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA), a comissão é formada pelo desembargador Lourival Serejo (vice-presidente da Corte e presidente eleito para o biênio 2020/2022), pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, pelos magistrados Cristiano Simas e André Bogéa (juízes auxiliares da Presidência), Ângelo Santos (Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão), Holídice Cantanhede Barros (2º vice-presidente da AMMA) e Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da 1ª Vara de Pedreiras.

Durante a reunião, os membros da Comissão demonstraram preocupação relacionada à logística complexa para a implementação do juiz das garantias, que envolve não somente viabilidade técnica, como também recursos financeiros, um fator preocupante, já que o orçamento aprovado para o exercício 2020 não prevê os custos com a figura do juiz das garantias.

### **SUGESTÕES**

Nesta terça-feira (7), o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos, apresentou um requerimento ao presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, com sugestões dos magistrados para a implementação do juiz das garantias.

O pedido expõe a necessidade de especialização de unidades jurisdicionais para atuarem como Centrais de Inquéritos, Custódias e Garantias, com cargos de juiz titular e estrutura própria.

O documento sugere a criação de polos regionais no interior do Estado do Maranhão e a titularização de juízes na Central de Inquéritos e Custódia de São Luís.

O presidente da AMMA, Ângelo Santos, citou os principais impasses identificados pelos magistrados para a atuação do juiz das garantias.

"As dificuldades estão relacionadas ao prazo exíguo de 30 dias, a questão orçamentária, a (im)possibilidade de audiências pelo juiz de garantias por videoconferência, homologação e implantação do Processo Judicial Eletrônico criminal do âmbito do TJMA", afirmou.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, encaminhou sugestão ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que seja estabelecido o prazo de no mínimo seis meses para implementação do Juiz das Garantias no Estado do Maranhão, tendo em vista, que a medida implicará na alteração no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, bem como, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

## DETERMINAÇÃO

O juiz Cristiano Simas, coordenador da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA, destacou o fato de ter sido criada uma nova figura jurisdicional não prevista no orçamento, com prazo muito curto para implementação.

Ele afirmou que há discussões no âmbito do Supremo Tribunal Federal quanto à constitucionalidade ou não dessa lei. "Independentemente da manifestação do STF, o TJMA, por determinação do presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, já está trabalhando no sentido de implementar o mais rápido possível", frisou.

POSTLINK%%